

Desafios finais da África do Sul no G20: fragmentação política e o esvaziamento da agenda de Saúde no bloco. Ministros do G7 Avançam Cooperação Global em Energia e Ação Climática. Economia, clima, migração e saúde em discussão na quinzena da OCDE

South Africa's final challenges at the G20: political fragmentation and the hollowing out of the bloc's health agenda. G7 Ministers Advance Global Cooperation on Energy and Climate Action. Economy, climate, migration, and health under discussion during the OECD fortnight

**Pedro Burger
João Miguel Estephano
Vitória Kavanami
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
Paulo Esteves**

Abstract:

G20 - *As the South African presidency entered its final stretch, the fortnight of the G20 was marked by a lack of consensus at the health ministerial meetings, intensified geopolitical polarization with the US, and the delivery of important documents on inequality, civil society and culture.*

G7 - *At the G7 Energy and Environment Ministers' Meeting, discussions focused on strengthening energy security, driving innovation, protecting the environment, and fighting climate change. The chairs' summary resulted in commitments on circular economy, AI applied to energy, biodiversity protection, and global energy security.*

OCDE - *The OECD's highlights include the publication of new editions of annual outlooks on the economy in Latin America and the Caribbean (LAC), monitoring of climate action and migration, as well as the release of studies on informality in LAC, Brazilian institutions, and Health, and an update on global inflation.*

Keywords: *G20; G7; OECD; South Africa; Energy and Environment; Critical Minerals; International Cooperation.*

Resumo:

G20 - *Entrando na reta final da presidência sul-africana, a quinzena do G20 foi marcada pela ausência de consenso nas reuniões ministeriais de saúde, intensificação da polarização geopolítica com os EUA, e pela entrega de documentos importantes sobre desigualdade, sociedade civil e cultura.*

G7 - *Na Reunião dos Ministros de Energia e Meio Ambiente do G7 discutiram-se ações para fortalecer a segurança energética, impulsionar a inovação, proteger o meio ambiente e combater as mudanças climáticas. As deliberações resultaram em compromissos sobre*

economia circular, IA aplicada à energia, proteção da biodiversidade, e segurança energética global.

OCDE - Os destaques da OCDE incluem a publicação de novas edições de panoramas anuais sobre economia na América Latina e Caribe (ALC), monitoramento de ações climáticas e migração, além de divulgação de estudos sobre a informalidade na ALC, instituições brasileiras e saúde e também a atualização sobre a inflação global.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; África do Sul; Energia e Meio Ambiente; Mineirais críticos; Cooperação Internacional.

G20 –

Na reta final da presidência sul-africana no G20, a quinzena que antecede a Cúpula de Líderes foi marcada por uma intensa, mas reservada, agenda diplomática. Este período crítico se notabilizou tanto pela polarização geopolítica acentuada quanto por uma significativa opacidade na gestão dos trabalhos. Longe da cobertura detalhada da mídia internacional e com poucas atualizações oficiais na sua página oficial, o G20 sob a África do Sul tendeu a operar a portas fechadas, culminando em importantes reuniões ministeriais sem o consenso esperado. Este cenário de baixa transparência e divisões internas, que tem sido frequente, complexifica os esforços para uma Declaração Final coesa e transformadora na prática.

Em primeiro lugar, o clima diplomático foi drasticamente tensionado pela recente declaração do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Utilizando a plataforma *Truth Social*, Trump comunicou que nenhum representante do governo americano estará presente na Cúpula de Líderes do G20 na África do Sul, um anúncio que, embora não confirmado de imediato pela Casa Branca, projeta uma sombra de instabilidade sobre a reunião final⁸². A justificativa de Trump foi veemente crítica à política interna sul-africana: "É uma vergonha total que o G20 seja realizado na África do Sul", declarou ele em seu post. "Os afrikaners (descendentes de colonos holandeses e também de imigrantes franceses e alemães) estão sendo mortos e massacrados, e suas terras e fazendas estão sendo confiscadas ilegalmente". Ele condicionou a ausência à continuidade de supostos abusos, afirmando que nenhum representante do país atenderia ao encontro a menos que tais violações cessassem.

Além disso, fontes confirmaram que o Vice-Presidente JD Vance, que era esperado para o encontro de 22 e 23 de novembro em Joanesburgo, também não estará presente. É válido pontuar que as críticas de Trump se estendem igualmente à política externa de Pretória, abrangendo não só a política de terras, mas também o caso movido pela África do Sul contra Israel na Corte Internacional de Justiça, acusando-o de genocídio na guerra de Gaza. O governo sul-africano, por meio do Departamento de Relações Internacionais e Cooperação (DIRCO), por sua vez, afirmou ter tomado conhecimento do conteúdo da publicação do presidente Trump classificando-a como "lamentável"⁸³. A nota sul-africana, contudo, manifestou a esperança de que Washington reconsiderasse a decisão, sublinhando o valor do G20 como plataforma de

⁸² Trump says no US government official will attend G20 summit in South Africa. Reuters. 08 nov. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/africa/trump-says-no-us-government-official-will-attend-g20-summit-south-africa-2025-11-07/>. Acesso em: 09 nov. 2025.

⁸³ South Africa notes President Trump's regrettable Truth Social post. SA News. 09 nov. 2025. Disponível em: <https://www.sanews.gov.za/south-africa/south-africa-notes-president-trumps-regrettable-truth-social-post>. Acesso em: 09 nov. 2025.

diálogo e reiterando a rejeição de Pretória à acusação de que os Afrikaners estejam sujeitos a qualquer tipo de opressão.

A concretização desta ausência, inédita em tal nível para os EUA, representaria um golpe significativo no esforço sul-africano de promover um multilateralismo inclusivo. A polêmica ganha maior relevo ao se considerar que os EUA assumirão a presidência rotativa do G20 em 2026. A próxima presidência dos EUA, nesse sentido, gera curiosidades e incertezas, dada a tendência de Trump em retirar os EUA de tratados multilaterais e organizações, além de suprimir qualquer foco em mudanças climáticas, um tema central no G20 em anos recentes. Fontes da Reuters apontam que a pauta americana deverá se concentrar no crescimento econômico, na desregulação e na segurança energética⁸⁴. O Secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, listou como grandes temas a promoção de investimentos em cadeias de suprimentos globais de minerais críticos, e a colaboração com o setor privado para impulsionar a inovação, incluindo o uso de inteligência artificial.

Bessent também mencionou a melhoria dos sistemas estruturais, regulatórios e fiscais e o tratamento das questões de dívida dos países, um tema que tem sido central na agenda sul-africana. A transição de uma presidência focada no Sul Global para uma que prioriza uma pauta econômica mais tradicional e desregulamentada acentua as divergências ideológicas e as dificuldades de construir uma agenda coesa de longo prazo para o Grupo. A agenda americana é delineada como uma que busca a revitalização das economias por meio de um foco em eficiência e menor intervenção governamental, fato que contrasta com as demandas por maior financiamento para o desenvolvimento sustentável e mecanismos de redistribuição defendidas pela África do Sul e seus aliados.

Em continuidade aos acontecimentos, a eficácia do G20 como um fórum de coordenação de políticas foi seriamente posta em causa pela incapacidade de alcançar declarações ministeriais conjuntas em dois Grupos de Trabalho vitais: Saúde e Empoderamento das Mulheres. O fracasso em obter um consenso a nível ministerial, momentos antes da Cúpula de Chefes de Estado, é um indicador de profundas fissuras que podem se refletir na Declaração Final dos Líderes e em um possível esvaziamento dessas agendas no próximo ano.

Na Reunião Ministerial de Saúde, que se realizou em Polokwane, Limpopo, as discussões sobre o fortalecimento dos sistemas de saúde globais não conseguiram culminar em um documento assinado por todos os membros. O encontro, que se estendeu por dois dias, focou em temas cruciais, como a garantia de progresso significativo rumo ao fim da AIDS até 2030 e o combate à malária e à tuberculose (TB), além de abordar o impacto da mudança climática nos sistemas de saúde e suas formas de mitigação. O Ministro da Saúde sul-africano, Dr. Aaron Motsoaledi, confirmou que nenhuma declaração foi assinada devido à rejeição dos Estados Unidos⁸⁵. O Ministro foi enfático ao detalhar a recusa americana:

“Os EUA rejeitaram tudo, tudo (...) exceto algumas questões relacionadas ao combate às DNTs (doenças não transmissíveis). Eles não acreditam na prevenção para pandemias, no combate. Na verdade, desde o início, eles nos disseram que não concordavam com o tema da

⁸⁴ US outlines growth, deregulation, energy as priorities for G20 presidency, sources say. Reuters. 16 out. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/finance/us-outlines-growth-deregulation-energy-priorities-g20-presidency-sources-say-2025-10-16/>. Acesso em: 09 nov. 2025.

⁸⁵ G20 Health Ministers fail to sign declaration after U.S. refusal. SABC News. 07 nov. 2025. Disponível em: <https://www.sabcnews.com/sabcnews/g20-health-ministers-fail-to-sign-declaration-after-u-s-refusal/>. Acesso em: 09 nov. 2025.

solidariedade, equidade e sustentabilidade; eles nos disseram que, se a Declaração tivesse essas palavras eles não concordariam. Então sabemos desde o início que igualdade de gênero, diversidade ou inclusão não seriam aceitas”⁸⁶.

Motsoaledi destacou que o consenso total é um requisito para as decisões finais no G20. A recusa de um único país, portanto, afeta o processo inteiro de coordenação do GT que vem acontecendo ao longo de todo o ano. Ele previu que qualquer resultado seria apenas uma “*chairperson’s statement*” (Declaração do Presidente), ressaltando que todos os outros países estavam dispostos e em consonância: “a grande maioria desses países aceitou tudo, como estou dizendo, são os EUA [o problema]”, disse. O Vice-ministro da Saúde sul-africano, Dr. Joe Phaahla, havia ainda insistido em seu discurso na necessidade de o G20 priorizar o aumento do financiamento público para a atenção primária à saúde (APS)⁸⁷. Phaahla defendeu que a APS, com o foco em prevenção, promoção da saúde e reabilitação, constitui a base fundamental para a construção de sistemas de saúde resilientes, capazes de lidar com futuras pandemias e crises sanitárias. A APS, segundo ele, é vital para alcançar a Cobertura Universal de Saúde (UHC) e deve receber maior atenção e investimento dos países do G20. O veto, contudo, impediu a formalização de um compromisso robusto nessa área crucial, especialmente no que tange ao financiamento e ao endosso de linguagens específicas sobre direitos de saúde.

Complementando esse quadro, Winnie Byanyima, Diretora Executiva do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre AIDS (UNAIDS), criticou o corte de ajuda financeira por parte dos EUA e de outros países ocidentais, alegando que isso impactou severamente os serviços de saúde em nações africanas. Byanyima afirmou que as reduções na ajuda criaram uma crise humanitária, colocando milhões em risco de surtos de doenças como TB e malária em países como Nigéria, Quênia, Sudão do Sul e África do Sul. Ela salientou que a desigualdade no acesso ao financiamento na região africana impede respostas eficazes, com muitos países altamente endividados, o que os força a pagar mais para o serviço da dívida do que para investir na saúde de seus cidadãos. O encontro de Polokwane também viu outros países defenderem que a alocação de 15% do Produto Interno Bruto (PIB) para o setor de saúde em países de baixa e média renda, especialmente na África, seria essencial para erradicar desafios como malária, TB e HIV.

A Fiocruz esteve presente na reunião ministerial de saúde, uma vez que fez parte da delegação brasileira para as discussões sobre saúde no G20, que na ocasião foi liderada pelo ministro de estado da saúde do Brasil, Dr. Alexandre Padilha. Essa presença permite melhor acesso às informações e discussões que ocorreram durante o encontro, sendo possível ir além das informações e notícias veiculadas nas mídias e no site oficial da presidência sul-africana para o G20. No primeiro dia da reunião ministerial houve discussões sobre: (i) *accountability* em saúde e equidade; (ii) financiamento e soluções de acesso a novas vacinas contra TB; (iii) financiamento para a Cobertura Universal de Saúde; e (iv) um evento para arrecadação do

⁸⁶ “*The US has rejected everything, everything, I’m saying now except the issue or some issues fighting the NCD otherwise, all the other issues they’ve rejected... They don’t believe in pandemic preparedness, fighting if in fact right from the beginning they told us even the theme they don’t agree with the theme of solidarity, equity and sustainability in fact they told us if nay declaration had go the word equity, solidarity and they not going to agree, so we know right from there that gender equality or diversity or inclusiveness all those things they told us they are not in agreement*”.

⁸⁷ Phaahla urges G20 to enhance public financing for primary healthcare. SA News. 06 nov. 2025. Disponível em: <https://www.sanews.gov.za/south-africa/phaahla-urges-g20-enhance-public-financing-primary-healthcare>. Acesso em: 09 nov. 2025.

Fundo Global. Já no segundo dia, houve as sessões específicas relacionadas ao encontro dos ministros da saúde e à reunião ministerial conjunta entre finanças e saúde, bem como, uma reunião promovida pela UNITAID sobre o produto Lenacapavir⁸⁸. Previamente à agenda específica das reuniões ministeriais sobre saúde, houve o último encontro do Grupo de Trabalho de Saúde, com o propósito de finalizar as negociações para a declaração, que como dito acima, não teve êxito pela ausência de consenso, pressuposto basilar para as declarações no âmbito do G20.

Segundo a representante da Fiocruz na reunião e assessora da presidência da Fiocruz, Luana Bermudez, a posição dos Estados Unidos e da Argentina em oposição à agenda colocada pela África do Sul não permitiu que a agenda fosse produtiva. Houve muitas discussões e esforço de diversos países, mas não suficiente para chegar a um consenso para haver a declaração, havendo, apenas, um sumário da presidência (*Chair's statement*)

Outro destaque importante, foi a presença marcante do ministro Alexandre Padilha, que destacou em seu discurso a importância da sequência de presidências do G20 por países do Sul Global⁸⁹ para levar novas perspectivas a diversas discussões sobre problemas globais de saúde em curso no grupo. O ministro enfatizou que a Coalizão Global para Produção e Inovação Local e Regional e Acesso Equitativo, como a principal prioridade durante a presidência brasileira do grupo em 2024, é crucial para o desenvolvimento de uma capacidade produtiva global de vacinas, terapêuticos e diagnósticos mais inclusiva e resiliente. No exercício da Secretaria Executiva dessa Coalizão e membro integrante da delegação brasileira, a Fiocruz acompanhou o ministro em diversas reuniões bilaterais, que abordaram, dentre outras coisas, o avanço da Coalizão. Durante os encontros, houve um anúncio formal do interesse da União Africana em fazer parte da Coalizão, se juntando à União Europeia e outros países que assinaram a Carta de Genebra, em maio desse ano, documento constitutivo da Coalizão.



Foto: divulgação/MS⁹⁰

⁸⁸ Lenacapavir é um medicamento injetável utilizado para o tratamento de HIV/AIDS, de uso semestral que atua bloqueando a replicação do vírus e pode ser usado como Profilaxia Pré-Exposição (PrEP).

⁸⁹ Indonésia [2022], Índia [2023], Brasil [2024] e África do Sul [2025].

⁹⁰ <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/novembro/ministro-celebra-avancos-na-reducao-da-aids-no-brasil-e-defende-tratamento-de-baixo-custo-e-transferencia-de-tecnologia-para-prevencao-do-hiv>

De maneira semelhante, a Reunião Ministerial sobre o Empoderamento das Mulheres terminou sem a emissão de uma Declaração Conjunta, ou pelo menos nenhum documento foi divulgado até o momento após o encontro final, o que sugere um novo impasse. A reunião, realizada em Joanesburgo, entre 27 e 29 de outubro, marcou a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Empoderamento das Mulheres (EWWG) sob a presidência sul-africana. A Diretora-Geral de Mulheres, Juventude e Pessoas com Deficiência, Mikateko Joyce Maluleke, expressou um otimismo cauteloso em seus comentários de boas-vindas: "Se conseguirmos chegar a um acordo entre nós, esta será realmente uma ocasião memorável para o G20 adotar, pela primeira vez, a Declaração Ministerial sobre o Empoderamento das Mulheres"⁹¹. O EWWG, estabelecido sob a presidência da Índia em 2023 e evoluído sob o Brasil em 2024, visava que a reunião de Joanesburgo fosse o ponto culminante desse processo de três anos, buscando um compromisso global formal.

Maluleke refletiu sobre a evolução do texto da Declaração ao longo do ano, destacando o esforço para equilibrar diversas perspectivas, o que resultou em um aumento significativo nas referências a questões de gênero: de apenas 13 menções no "rascunho zero" para 44 na última revisão, sublinhando o reconhecimento crescente do tema. Contudo, ela reconheceu que a busca pelo consenso exigiu a remoção de questões controversas ao longo das revisões sucessivas, como referências explícitas à educação sexual abrangente, ao patriarcado e às práticas nocivas. A possível ausência de um consenso no encontro final da África do Sul ecoa um precedente recente: em 2024, durante a presidência do Brasil, a Argentina bloqueou o consenso por discordar de termos relacionados à "linguagem de gênero" e ao conceito de "equidade"⁹². Essa recorrência de impasses no EWWG pode indicar uma persistente divisão ideológica entre os membros do G20 em questões de direitos e igualdade de gênero.

Em contraste com os impasses, outros setores de engajamento do G20 obtiveram resultados formais, organizados em documentos específicos que detalham suas recomendações e compromissos. A Reunião do Grupo de Trabalho de Cultura e o sucessivo encontro de Ministros da pasta, realizada na província de KwaZulu-Natal, culminou na Declaração de Kwadukuza⁹³, um documento formal que estrutura os compromissos dos países em torno da cultura. A presidente do grupo, Lisa Combrinck, indicou que um progresso significativo foi alcançado nas reuniões⁹⁴. Combrinck refletiu sobre as quatro prioridades chave que guiaram os trabalhos sob a presidência sul-africana: o restauro e restituição do patrimônio cultural como forma de proteger os direitos humanos; a integração de políticas culturais em estratégias socioeconômicas para um desenvolvimento inclusivo e baseado em direitos; o aproveitamento

⁹¹ SA calls for unity ahead of G20 Women's Declaration. SA News. 27 out. 2025. Disponível em: <https://www.sanews.gov.za/south-africa/sa-calls-unity-ahead-g20-womens-declaration>. Acesso em: 09 nov. 2025.

⁹² Argentina impede declaração de consenso no Grupo de Trabalho do Empoderamento Feminino do G20. Veja por quê. O Globo. 15 out. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/g20-no-brasil/noticia/2024/10/15/g20-argentina-impede-declaracao-de-consenso-no-grupo-de-trabalho-do-empoderamento-feminino-veja-por-que.ghtml>. Acesso em: 09 nov. 2025.

⁹³ 2025 G20 – Culture Minister – Kwadukuza Declaration. G20. 03 nov. 2025. Disponível em: <https://g20.org/track-news/2025-g20-culture-minister-kwadukuza-declaration/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

⁹⁴ G20 Summit: Cultural Heritage and Climate Change Take Centre Stage. G20. 28 out. 2025. Disponível em: <https://g20.org/track-news/g20-summit-cultural-heritage-and-climate-change-take-centre-stage/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

das tecnologias digitais para a proteção e promoção da cultura e economias sustentáveis; e, por fim, a exploração da interseção entre cultura e mudança climática .

Combrinck detalhou que a primeira prioridade, relativa ao patrimônio cultural, gerou discussões intensas sobre a restituição cultural, com os países africanos e a União Africana (UA) defendendo esse tipo de questão, especialmente a partir da devolução de bens culturais, artefatos e restos mortais. Ela também destacou que a ação cultural para mitigar os efeitos da mudança climática foi uma prioridade derradeira que capturou a atenção do grupo. A presidente observou que a questão de estratégias de adaptação climática, planos nacionais e estruturas internacionais veio à tona, sendo alguns desses tópicos relativamente novos, enquanto outros, já haviam sido abordados na Declaração de Ministros da Cultura adotada em Salvador no ano anterior.

Organizado em torno de eixos temáticos, a Declaração deu foco primário à interseção entre o patrimônio cultural e a mudança climática. Na esfera da ação climática, por exemplo, o texto detalha o compromisso em acelerar a ação climática no setor cultural, notadamente assegurando a resiliência do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, face aos eventos climáticos extremos. Os ministros reconheceram explicitamente o papel essencial das culturas locais e indígenas nas estratégias de adaptação e mitigação climática, sublinhando que o conhecimento tradicional é um recurso valioso. Adicionalmente, a Declaração reafirmou o compromisso de intensificar a cooperação internacional no combate ao tráfico ilícito de bens culturais, incluindo o uso de tecnologias para rastreamento e recuperação. Em um evento paralelo, o Primeiro-Ministro Provincial de Gauteng, Panyaza Lesufi, sublinhou a importância dos valores humanistas ao referenciar as lições de Nelson Mandela, instigando os delegados a usarem o G20 para o desenvolvimento de valores e não apenas de capital⁹⁵.

Na esteira desses acontecimentos, o grupo de engajamento da sociedade civil, o C20 (Civil 20), encerrou suas atividades com a entrega formal de sua [Declaração Política](#) aos líderes do G20. Em coletiva de imprensa em Pretória, o Sherpa do C20, Mabalane Mfundisi, afirmou que o documento reflete “as realidades vividas e as prioridades políticas das comunidades mais afetadas pela desigualdade, exclusão e crises”⁹⁶. A Declaração consolida as recomendações urgentes de 14 Grupos de Trabalho do C20 e é moldada por uma ampla diversidade de perspectivas, incluindo comunidades tradicionais e povos indígenas, grupos da juventude, feministas e LGBTQI+.

O C20 afirma que o texto, lido em conjunto com 14 *Policy Briefs* e 2 *Statements of Intent*, delineia um “plano para um desenvolvimento transformador e centrado nas pessoas, baseado na justiça, na dignidade e no cuidado com o planeta”. Estruturado em torno de cinco pilares-chave como, justiça econômica, ação climática, tecnologia e soberania cultural, economias de alimentação e cuidado, e participação cívica, o Comunicado se apresenta como um manifesto pela reforma dos sistemas globais. “Apresentamos esta declaração não apenas aos governos do G20, mas também aos povos do mundo, como um manifesto por um futuro justo. Que este seja o ano em que a sociedade civil não foi apenas ouvida, mas também atendida” afirmou Mfundisi.

⁹⁵ Gayton McKenzie Draws on Mandela’s Lessons at G20 Cultural Working Group. G20. 28 out. 2025. Disponível em: <https://g20.org/track-news/gayton-mckenzie-draws-on-mandelas-lessons-at-g20-cultural-working-group/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

⁹⁶ Civil society delivers C20 Political Declaration to G20 Leaders. SA News. 06 nov. 2025. Disponível em: <https://www.sanews.gov.za/south-africa/civil-society-delivers-c20-political-declaration-g20-leaders>. Acesso em: 10 nov. 2025.

O C20 exige do G20 ações concretas e detalha suas demandas em diversas áreas. No campo financeiro, defende a reforma da arquitetura financeira internacional para promover maior equidade e transparência. A Declaração também enfatiza a necessidade de uma resposta coordenada à crise da dívida e à sustentabilidade ambiental, pedindo aumento da transparência e da responsabilização nos processos de decisão global. O Documento destaca-se pela abrangência, ao abordar temas que vão da justiça climática e transição energética justa aos direitos humanos, combate à pobreza extrema e inclusão social. A Declaração também conclama os líderes mundiais a rejeitarem modelos econômicos extrativistas que comprometem os recursos locais, a reconhecerem os sistemas de conhecimento locais e indígenas como motores da resiliência climática e econômica, e a incorporarem a equidade na migração global e na governança ambiental.

Ainda que os ministros da Saúde do G20 não tenham alcançado consenso, a sociedade civil demonstrou forte engajamento e preocupação com o tema. Entre as principais demandas do C20, a Saúde ocupa posição importante, figurando em diversos pontos da Declaração Política:

- Cancelamento da dívida insustentável de países de baixa e média renda por meio de um novo mecanismo multilateral legal, incluindo a promoção de *debt-for-health*, *debt-for-education* e *debt-for-climate swaps*;
- Construção de sistemas de saúde resilientes, com financiamento doméstico ancorado na atenção primária, expansão e justa compensação da força de trabalho em saúde, e manutenção do apoio a mecanismos como o Fundo Global de Luta contra a AIDS, Tuberculose e Malária;
- Defesa da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos (SRHR) como componentes essenciais da Cobertura Universal de Saúde, assegurando acesso à contracepção, interrupção segura da gravidez, serviços inclusivos de HIV e educação sexual abrangente para todos, incluindo jovens, pessoas com deficiência e comunidades LGBTQI+, em conformidade com marcos internacionais de direitos humanos e legislações nacionais;
- Estabelecimento de um Fundo Global de Sistemas de Conhecimento Indígena para fortalecer a saúde indígena e as economias locais, apoiando a inovação e a soberania cultural.

Para além dessas demandas, o C20 complementou sua Declaração Política com um *Policy Brief* específico sobre saúde, o qual pode ser acessado na íntegra no site do C20. O documento, intitulado “[Saúde Equitativa para Todos](#)” e elaborado pelo Grupo de Trabalho de Saúde do C20, alerta que as atuais crises ameaçam os sistemas de saúde globais e conclama o G20 a realinhar a governança em saúde com base na equidade, resiliência e justiça. Reforçando a responsabilidade do G20 na proteção de vidas, especialmente em países de baixa e média renda, o brief demanda ações decisivas, entre elas: o fortalecimento dos sistemas de saúde, com foco na atenção primária e na retenção da força de trabalho; o avanço da manufatura regional e da pesquisa e desenvolvimento em saúde, com financiamento voltado à transferência equitativa de tecnologia; a integração do combate às doenças não transmissíveis (DNTs) e à saúde mental nas estratégias de Cobertura Universal de Saúde (UHC); a valorização do conhecimento indígena; e a garantia de financiamento sustentável, por meio da reforma das dívidas e do apoio a mecanismos globais.

Finalmente, um documento de alto impacto, resultante de uma iniciativa inédita da presidência sul-africana do G20, foi o relatório liderado pelo renomado economista e Prêmio Nobel Joseph Stiglitz⁹⁷. Este relatório, originário do Grupo de Trabalho sobre Desigualdade, representa o primeiro documento abrangente do tema a ser apresentado formalmente ao G20. Ao receber o relatório do Comitê Extraordinário de Especialistas Independentes, o Presidente Cyril Ramaphosa reafirmou o compromisso da África do Sul em colocar a luta contra a desigualdade global no centro da Cúpula de Líderes em Joanesburgo, sublinhando que o tema não é apenas uma questão moral, mas uma ameaça direta à democracia e ao crescimento inclusivo⁹⁸. Ramaphosa ainda destacou que o texto afirma corretamente que a desigualdade é uma violação da dignidade das pessoas, um impedimento ao crescimento inclusivo e uma ameaça à própria democracia. O trabalho do Comitê, composto por seis especialistas independentes, incluindo a representante do Brasil Adriana E. Abdenur, demonstrou que a desigualdade é uma crise que exige ação concertada.



Foto: G20⁹⁹

Em síntese, o relatório apresenta dados alarmantes que ilustram a emergência global. A análise, que revisa e compara os dados mais recentes sobre o estado da desigualdade, revela que 83% de todos os países, representando 90% da população mundial, se enquadram na definição de alta desigualdade do Banco Mundial, sendo que nações com este perfil têm sete vezes mais probabilidade de experimentar declínio democrático. A disparidade de riqueza é gritante: o 1% mais rico capturou 41% de toda a nova riqueza gerada desde o ano 2000, enquanto os 50% mais pobres da humanidade viram sua riqueza aumentar em apenas 1%. Em termos concretos, a riqueza média do 1% mais rico subiu US\$1,3 milhão, enquanto a metade mais pobre viu um aumento de apenas US\$585 no mesmo período. Embora a desigualdade entre todos os indivíduos tenha diminuído nas últimas décadas, principalmente devido ao

⁹⁷ Landmark G20 report led by Nobel Laureate Joseph Stiglitz sounds alarm on 'inequality emergency' and calls for International Panel on Inequality. G20. 06 nov. 2025. Disponível em: <https://g20.org/g20-media/landmark-g20-report-led-by-nobel-laureate-joseph-stiglitz-sounds-alarm-on-inequality-emergency-and-calls-for-international-panel-on-inequality/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

⁹⁸ Tackling global inequality must be a G20 priority: President Ramaphosa. SA News. 05 nov. 2025. Disponível em: <https://www.sanews.gov.za/south-africa/tackling-global-inequality-must-be-g20-priority-president-ramaphosa>. Acesso em: 10 nov. 2025.

⁹⁹ <https://www.flickr.com/photos/201727866@N06/>

crescimento da renda na China, a diferença de renda entre o Norte e o Sul Global permanece extremamente alta e o futuro da redução dessas disparidades é incerto. Adicionalmente, o relatório aponta um desafio geracional: US\$70 trilhões devem ser transferidos como riqueza herdada na próxima década, minando a mobilidade social e a igualdade de oportunidades.

O Comitê ainda ressalta que a desigualdade extrema gera múltiplos efeitos negativos econômicos, políticos e sociais, que interagem e se exacerbam mutuamente. A alta desigualdade de riqueza, em particular, mina o progresso econômico e a própria democracia. Eventos recentes desde 2020, incluindo a COVID-19, a guerra na Ucrânia e novas tarifas e disputas comerciais a partir de 2025, estão criando uma “tempestade perfeita” que intensifica a pobreza e a desigualdade, resultando em um quarto da população mundial pulando refeições regularmente, enquanto a riqueza dos bilionários atinge seu nível mais alto na história.

Para combater essa crise, o relatório propõe soluções em três níveis. No plano internacional, é sugerida a reforma das regras econômicas globais, que inclui a revisão das regras de propriedade intelectual (especialmente para pandemias e mudanças climáticas) e a reforma das regras fiscais para garantir a tributação justa de multinacionais e dos super-ricos. Em nível nacional, a ação pode incluir a exploração de regulação pró-trabalhista, a redução da concentração corporativa, a tributação de grandes fortunas, o investimento em serviços públicos e políticas fiscais e de gastos mais progressivas. O Comitê ainda propõe novos modelos de cooperação para enfrentar a volatilidade geopolítica em áreas como impostos, comércio e transição verde. A principal recomendação do documento nesse sentido, é a criação de um Painel Internacional sobre Desigualdade (*International Panel on Inequality - IPI*)¹⁰⁰. O relatório detalha que a proposta do IPI é modelada à imagem do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), com a função de fornecer uma avaliação científica contínua e baseada em evidências, da crise de disparidade social e econômica. O objetivo do IPI seria oferecer recomendações de políticas públicas aos governos do G20 e além.

Em conclusão, podemos dizer que a quinzena que antecedeu a Cúpula final da presidência sul-africana sublinhou a profunda instabilidade do multilateralismo no contexto geopolítico atual. A sucessão de impasses, particularmente nas pautas da Saúde e Empoderamento Feminino, revela que a polarização tem prevalecido sobre a necessidade de coordenação global. O veto americano na declaração de Saúde e a sombra da ausência de sua delegação na Cúpula constituem um mau presságio, indicando que a presidência americana em 2026 pode aprofundar a fragmentação, ao priorizar uma agenda que contrasta com a visão de desenvolvimento e inclusão promovida pelo Sul Global nas últimas quatro presidências *pró tempore* do bloco (África do Sul, Brasil, Índia e Indonésia). Em última instância, a conjugação de opacidade na gestão dos encontros com a falta de consenso em agendas críticas levanta sérias questões sobre a capacidade do G20 de produzir resultados significativos e nos faz pensar na necessidade de reformas na governança do bloco. O fórum corre o risco de ser relegado a uma plataforma de diálogo meramente protocolar, com declarações finais vazias de compromissos vinculativos, diminuindo sua relevância como principal locus de governança econômica global, especialmente em um momento em que a "emergência de desigualdade" e a crise climática exigem respostas coordenadas e urgentes.

¹⁰⁰ G20 taskforce calls for global panel to tackle 'inequality emergency'. Reuters. 03 nov. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/sustainability/climate-energy/g20-taskforce-calls-global-panel-tackle-inequality-emergency-2025-11-03/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

Na última quinzena, ocorreu em Toronto, Ontário, nos dias 30 e 31 de outubro, a Reunião dos Ministros de Energia e Meio Ambiente do G7. O encontro reuniu ministros do bloco para discutir o fortalecimento da segurança e da acessibilidade energética; a promoção da inovação em energia, incluindo no contexto da inteligência artificial (IA); a proteção ambiental; e o combate às mudanças climáticas, com o objetivo de apoiar economias e comunidades competitivas, prósperas, sustentáveis e resilientes. Também participaram do encontro parceiros e aliados: representantes da Austrália, México, República da Coreia, Ucrânia, Agência Internacional de Energia Atômica, Agência Internacional de Energia, Secretariado da UNFCCC e World Resources Institute.

Os Ministros reconheceram a urgência de ações científicas para enfrentar as mudanças climáticas, perda de biodiversidade, degradação dos ecossistemas, insegurança hídrica e alimentar, entre outros impactos globais. Isso inclui a implementação de sistemas de alerta precoce e medidas de resiliência frente a eventos extremos. Reforçaram compromissos com o *Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework* e a implementação de instrumentos internacionais para proteção dos oceanos e redução da poluição plástica, a exemplo do Acordo sobre a Diversidade Biológica Marinha em Áreas Além da Jurisdição Nacional. Discutiram a necessidade ações urgentes para alcançar a neutralidade de carbono até 2050 e compromissos concretos até a Conferência da ONU sobre Água de 2026 e a Conferência da ONU sobre Água de 2028. Os Ministros também discutiram a possibilidade de coordenar esforços do G7 em um processo intergovernamental regular sobre água dentro do sistema da ONU.

Foi destacada a oportunidade econômica da transição energética, incluindo investimentos em energias limpas (especialmente uso seguro e responsável de tecnologias nucleares, bem como sobre a colaboração crescente em tecnologia de fusão), tecnologias inovadoras, captura e armazenamento de carbono, remoção de CO₂ e armazenamento em baterias. Ademais, discutiu-se a importância de abordagens integradas, como soluções baseadas na natureza, economia circular e gestão sustentável de recursos hídricos e naturais, para promover crescimento econômico, criação de empregos e prosperidade.

Os compromissos adotados foram:

8. Promover e intensificar o trabalho conjunto sobre água doce por meio do *G7 Water Coalition Workplan*, que estabelece compromissos para ampliar a cooperação global em segurança hídrica, prevenção da poluição e riscos climáticos relacionados à água.
9. Avançar com a ação contínua do G7 por meio do *Toronto Action Plan on Circular Economy and Resource Efficiency*, um plano trienal que dá continuidade aos esforços liderados pela Alemanha e por presidências anteriores do G7, estabelecendo um roteiro de cooperação para promover a eficiência no uso de recursos e combater a poluição em setores prioritários como minerais críticos, têxteis e plásticos;
10. Implementar o *Roadmap to Promote Standards-Based Markets for Critical Minerals*, que fortalecerá a ação coletiva para garantir cadeias de suprimento de minerais críticos resilientes, confiáveis e transparentes, como ação inicial na implementação do *Critical Minerals Action Plan* acordado pelos líderes na Cúpula de Líderes em Kananaskis.

11. Avançar com a *Critical Minerals Production Alliance*, liderada pelo Canadá e anunciada pelos Líderes do G7, para abordar vulnerabilidades da cadeia de suprimentos, tomando ações decisivas com parceiros e indústria por meio de investimentos estratégicos e contratos de aquisição em projetos de minerais críticos necessários para defesa e manufatura avançada.
12. Colaborar com parceiros internacionais e da indústria para implementar o *Energy and AI Work Plan*, conforme solicitado pelos Líderes na *G7 Statement on AI for Prosperity*. O plano visa impulsionar a adoção de IA e tecnologias digitais em sistemas energéticos, fomentar inovação e desenvolver habilidades e força de trabalho necessárias para crescimento responsável.
13. Tomar medidas para construir maior segurança energética coletiva por meio do *G7 Call to Action on Enhancing Energy Security*, reafirmando apoio à segurança energética da Ucrânia e ao contínuo apoio à reconstrução de um sistema energético ucraniano moderno, confiável, resiliente e eficiente.
14. Aproveitar as oportunidades da energia nuclear e de fusão, apoiando a implantação de tecnologias nucleares inovadoras, como reatores modulares pequenos e reatores avançados, garantindo gestão responsável de resíduos¹⁰¹¹⁰².

Na oportunidade, o Canadá organizou uma mesa-redonda de alto nível sobre mobilização de financiamento privado para o meio ambiente, reunindo líderes internacionais para explorar investimentos estratégicos que aceleram a transição para a energia limpa. Segundo Julie Dabrusin, Ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática do Canadá, o apoio do país à ação climática em países em desenvolvimento é não apenas um imperativo moral e ambiental, mas também um investimento inteligente no futuro. Líderes de governos, da indústria e de fundações discutiram como o capital privado pode ajudar economias emergentes a atingir suas metas climáticas mais rapidamente, transitar para mercados de baixo carbono e fortalecer a resiliência climática, criando novas oportunidades de investimento.

Em paralelo, o Canadá anunciou novos investimentos para promover tecnologias limpas, resiliência climática e energia sustentável, no país e no exterior, incluindo:

- i) US\$ 1,25 milhão para a *Climate Finance Access Network*, ampliando o apoio de financiamento climático em Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e fortalecendo sua capacidade de elaborar projetos prontos para investimento;
- ii) US\$ 2 milhões para a iniciativa “Criando uma Transição Justa: Plataformas Nacionais”, copresidida pelo Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC) e o World Resources Institute, com parceiros do Sul Global, promovendo desenvolvimento de baixo carbono em países como África do Sul, Bangladesh e Brasil;

¹⁰¹ Chairs’ Summary: 2025 G7 Energy and Environment Ministers’ Meeting. G7. CANADÁ. 2025. Disponível em: <<https://g7.canada.ca/en/news-and-media/news/2025-g7-energy-and-environment-ministers-meeting/>>. Acesso em: 09/11/2025.

¹⁰² Canada advances global environmental priorities at the G7 Energy and Environment Ministers’ Meeting. G7. CANADÁ. 2025. Disponível em: <<https://g7.canada.ca/en/news-and-media/news/canada-advances-global-environmental-priorities-at-the-g7-energy-and-environment-ministers-meeting/>>. Acesso em: 09/11/2025.

iii) Mais de US\$ 6,8 milhões, por meio do programa Northern REACHE, do Ministério de Relações entre a Coroa e Povos Indígenas e Assuntos do Norte, destinados à Instituição Tarquti, para projetos de transição energética em duas comunidades da região de Nunavik, Quebec. Esses projetos fornecerão energia renovável para cerca de 60% da demanda elétrica local, economizando 96 milhões de litros de diesel e reduzindo 253 mil toneladas de CO₂ ao longo de 25 anos;

iv) 2 outros projetos eólicos locais: Quaqtaq e Puvirnituq¹⁰³.

No entanto, até o presente momento, o Canadá não anunciou apoio ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês), anunciado em 6 de novembro pelo governo brasileiro no âmbito da COP30. Os países que aderiram, até o momento, foram: Indonésia, Noruega, Portugal, França, Países Baixos e Alemanha¹⁰⁴.

Um foco especial foi dado a ações para assegurar cadeias de suprimento resilientes, confiáveis e transparentes, especialmente para minerais críticos e tecnologias e componentes-chave para sistemas de energia. O Canadá anunciou 26 novos investimentos e parcerias estratégicas com nove países aliados e setores industriais, totalizando US\$6,4 bilhões, para fortalecer as cadeias globais de suprimento de minerais críticos. Minerais críticos são recursos essenciais à defesa, à transição energética e às tecnologias limpas. A iniciativa integra o Plano de Ação do G7 para Minerais Críticos e a Aliança para Produção de Minerais Críticos, lançados na cúpula anual.

Lítio, grafite, níquel, escândio são materiais que compõem as terras raras e são a base da economia verde, como baterias de íon-lítio, células de combustível, turbinas eólicas e veículos elétricos. Além disso, são essenciais nas tecnologias de defesa e médicas. A concentração geopolítica desses minerais, especialmente na China, representa ao G7 riscos econômicos, à segurança energética e à saúde ambiental global. É por isso que esses países têm se movimentado em prol da defesa de seus interesses, muito em consequência de um movimento iniciado pelos Estados Unidos. O objetivo é diversificar a produção, reduzir dependências e promover cadeias de suprimento resilientes e transparentes diante do aumento da demanda global por energia limpa.

Os projetos incluem:

5. Mobilização de capital público e privado para acelerar projetos de grafite, elementos de terras raras e produção de escândio;
6. Estabelecimento de contratos de fornecimento e co-investimentos com nove países aliados: França, Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Estados Unidos, Austrália e Ucrânia;
7. Celebração de contratos de fornecimento entre o Governo do Canadá e as empresas Nouveau Monde Graphite e Rio Tinto, para grafite e escândio, respectivamente;

¹⁰³ Canada advances global environmental priorities at the G7 Energy and Environment Ministers' Meeting. G7. CANADÁ. Disponível em: <<https://g7.canada.ca/en/news-and-media/news/canada-advances-global-environmental-priorities-at-the-g7-energy-and-environment-ministers-meeting/>>.

Acesso em: 09/11/2025.

¹⁰⁴ 7 países já aderiram ao fundo para florestas tropicais anunciado por Lula; veja quais. INFOMONEY. 2025. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mundo/7-paises-ja-aderiram-ao-fundo-para-florestas-tropicais-anunciado-por-lula-veja-quais/>>. Acesso em: 09/11/2025.

8. Lançamento da Rota para a Promoção de Mercados Baseados em Padrões para Minerais Críticos, um dos principais resultados do Plano de Ação do G7 para Minerais Críticos, fruto direto da Cúpula de Líderes do G7.¹⁰⁵

Isso coloca o Canadá na liderança de uma agenda de cooperação internacional sobre o tema, promovendo pesquisa aplicada em: i) Reciclagem de baterias e reaproveitamento de metais; ii) Tecnologias de separação eletrotérmica e processos metalúrgicos otimizados por IA; iii) Produção de sulfeto de lítio para baterias de estado sólido; iv) Soluções de economia circular para resíduos industriais e eletrônicos. Os líderes discutem que o acesso sustentável e equitativo a esses recursos é essencial para diminuir impactos socioambientais da mineração tradicional; proteger comunidades vulneráveis e trabalhadores; e apoiar a mitigação das mudanças climáticas e a redução de doenças ligadas à poluição industrial.

Foi reconhecido que os esforços do G7 e a execução de prioridades compartilhadas exigem ação de todos os parceiros e aproveitamento de parcerias, como com outros governos, povos indígenas, setor privado e sociedade civil. Os Ministros saudaram o papel construtivo contínuo da Agência Internacional de Energia no fornecimento de dados e análises para informar trabalhos sobre sistemas energéticos, inteligência artificial e minerais críticos.

Resultados anexos da Reunião Ministerial de Ministros de Energia e Meio Ambiente do G7 incluem:

- h) G7 Water Coalition Workplan;*
- i) Toronto Action Plan on Circular Economy and Resource Efficiency;*
- j) Chair's Statement on Extreme Weather Prediction, Preparedness and Response;*
- k) Roadmap to Promote Standards-Based Markets for Critical Minerals;*
- l) G7 Workplan on AI and Energy;*
- m) G7 Call to Action on Enhancing Energy Security;*
- n) G7 Statement on Ukraine's Energy Security;*
- G7 Statement on Nuclear and Fusion Energy.*

OCDE -

No início do mês de novembro de 2025, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou o relatório *“Latin American Economic Outlook 2025: Promoting and Financing Production Transformation”*¹⁰⁶, a edição de 2025 de seu relatório anual de perspectivas econômicas para a região da América Latina e Caribe (ALC).

¹⁰⁵ Canada unlocks 26 new investments and partnerships with 9 allied countries to secure critical minerals supply chains. G7. CANADÁ. Disponível em: <<https://g7.canada.ca/en/news-and-media/news/canada-unlocks-26-new-investments-and-partnerships-with-9-allied-countries-to-secure-critical-minerals-supply-chains-nr/>>. Acesso em: 09/11/2025.

¹⁰⁶ OECD, Economic Commission for Latin America and the Caribbean, CAF Development Bank of Latin America, European Commission. Latin American Economic Outlook 2025: Promoting and Financing

Produto de uma parceria entre a organização e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e a Comissão Europeia, o relatório revela que a região enfrenta diversos desafios persistentes que retardam o ritmo da transformação produtiva – por exemplo, os governos da ALC gastam em média apenas 0,5% do PIB em políticas de desenvolvimento produtivo, em comparação com a média de 3% nos países participantes da OCDE¹⁰⁷. As despesas fiscais absorvem recursos significativos – em geral, 4,0% do PIB na região e 0,9% para incentivos sobre o rendimento das empresas –, restringindo a capacidade dos governos da ALC de apoiar o desenvolvimento econômico. Ademais, o estudo indica que mais de 55% dos trabalhadores estão empregados informalmente e observa também fatores como o desenvolvimento limitado de habilidades e sistemas de inovação fracos que dificultam potencialmente a transição da região para atividades de maior valor agregado.

Por outro lado, a região também apresenta abundantes oportunidades: a LAC tem um vasto potencial de energia renovável e indústrias digitais em crescimento que podem gerar empregos de qualidade, reduzir emissões e elevar a resiliência. No entanto, os gargalos de implementação e financiamento significam que esses recursos não estão sendo bem aproveitados, apesar da expansão dos fluxos internacionais.

O relatório então argumenta que a LAC e seus formuladores de políticas devem buscar fortalecer as instituições, mobilizar financiamentos sustentáveis, atrair investimentos de qualidade nos setores renováveis e digitais, atualizar as habilidades e incorporar princípios de inclusão e sustentabilidade. Além disso, ressalta também a possibilidade de maiores investimentos incentivados por meio de ambiciosas reformas políticas, instrumentos financeiros inovadores, cooperação regional e alinhamento político como meios para ajudar a ALC a desenvolver suas economias para serem mais dinâmicas, diversificadas e de maior valor agregado.

Sob tal perspectiva, as recomendações apresentadas no documento incluem: (i) a construção de instituições mais fortes e coerentes; (ii) a mobilização de financiamento sustentável para a transformação; (iii) a captação e direcionamento de investimentos de qualidade; (iv) o aprimoramento das competências, da inovação e das capacidades produtivas; e (iv) a promoção do crescimento inclusivo e verde por meio de parcerias regionais e globais.

Ainda atentando com a região da América Latina e Caribe em evidência, a organização internacional também divulgou entre o final de outubro e início de novembro de 2025 dois estudos que analisam e discutem questões sociais, econômicas e políticas que atravessam os países latino-americanos e caribenhos.

Destaca-se, desse modo, o estudo nomeado *“Expanding Social Protection and Addressing Informality in Latin America”*¹⁰⁸, que aborda o tema da informalidade localizada na região, elaborando em seu texto um balanço sobre a sua evolução, identificando tendências de

Production Transformation. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Nov 07]. Available from: <https://doi.org/10.1787/80e48de5-en>.

¹⁰⁷ OECD. Latin America and the Caribbean can boost growth and development through more dynamic, diversified economies. OECD [Internet]. 2025 Nov 07 [cited 2025 Nov 07]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2025/11/latin-america-and-the-caribbean-can-boost-growth-and-development-through-more-dynamic-diversified-economies.html>.

¹⁰⁸ OECD. Expanding Social Protection and Addressing Informality in Latin America. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Nov 07]. Available from: <https://doi.org/10.1787/86c1fd38-en>.

longo prazo e explorando as múltiplas faces da informalidade — desde vendedores ambulantes autônomos e trabalhos domésticos até funcionários de pequenas empresas. O documento enfatiza particularmente a fragmentação dos atuais sistemas de proteção social baseados no emprego, que não só deixam amplas lacunas em sua cobertura, como também perpetuam a desigualdade de oportunidades e limitam a produtividade na região.

Reunindo evidências e análises aprofundadas de países de toda a região, o documento advoga em prol de uma reforma e explora opções de políticas oportunas para expandir a proteção social aos trabalhadores de forma fiscalmente sustentável, aumentar os incentivos à formalização e reforçar a resiliência contra desafios e crises futuros.

Já o relatório *“Revisão de Integridade da OCDE sobre o Brasil 2025: Consolidando o Progresso na Integridade Pública”*¹⁰⁹, lançado tanto nos idiomas (i) português como em (ii) inglês, limita seu foco ao Brasil, examinando os recentes esforços do país para melhorar seu quadro de integridade pública e fornecendo recomendações para um maior progresso na pauta, em conformidade com a Recomendação do Conselho da OCDE sobre Integridade Pública. Assim, o documento sugere ações concretas para o fortalecimento dos arranjos institucionais brasileiros em nível federal e a promoção do incentivo da implementação de políticas de integridade coerentes em níveis estaduais e municipais. Também fornece recomendações para a criação de culturas abertas de integridade mais sólidas em toda a administração pública federal e na sociedade brasileira, além de sugerir melhorias na coordenação entre os diversos órgãos de auditoria em diferentes níveis do governo, aumento na proteção de denunciantes e a garantia de maior integridade e transparência nos processos de tomada de decisão.

Em paralelo, a OCDE também publicou em novembro o relatório *“The Climate Action Monitor 2025”*¹¹⁰, parte do Programa Internacional de Ação sobre o Clima (IPAC, em sua sigla em inglês). Dirigido a formuladores de políticas e profissionais da área, a mais recente edição da produção anual fornece perspectivas e informações sobre a ação climática global e o progresso em direção às metas de zero emissões líquidas de carbono para 52 países membros da OCDE e países parceiros. A edição de 2025 da pesquisa revela que as metas de emissões das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) dos países para 2030 permanecem insuficientes para cumprir os objetivos do Acordo de Paris, alertando que à medida que os riscos relacionados ao clima crescem, o cumprimento dessas metas exigirá maior ambição na próxima rodada de NDCs (para o ano de 2035) e um aumento substancial nas ações climáticas nacionais, que desaceleraram significativamente desde 2021¹¹¹.

Outro destaque da quinzena foi a divulgação do documento *“International Migration Outlook 2025”*¹¹², a mais recente edição derivada do projeto *“International Migration Outlook”* de estudos e análises de perspectivas, tendências, dados e análises sobre o tema de migração. A versão mais atual do estudo se propõe a analisar os recentes desenvolvimentos nos fluxos

¹⁰⁹ OECD. Revisão de Integridade da OCDE sobre o Brasil 2025: Consolidando o Progresso na Integridade Pública. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Nov 07]. Available from: <https://doi.org/10.1787/126ad788-pt>.

¹¹⁰ OECD. The Climate Action Monitor 2025. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Nov 07]. Available from: <https://doi.org/10.1787/1819c631-en>.

¹¹¹ OECD. Global emissions reach record high amid widening gap between climate policy ambition and implementation. OECD [Internet]. 2025 Nov 06 [cited 2025 Nov 07]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2025/11/the-climate-action-monitor-2025.html>.

¹¹² OECD. International Migration Outlook 2025. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Nov 07]. Available from: <https://doi.org/10.1787/ae26c893-en>.

migratórios e na inclusão dos imigrantes no mercado de trabalho dos países da OCDE, além de acompanhar as recentes mudanças políticas na governança e integração migratória nos países da OCDE¹¹³. A 49ª edição da iniciativa inclui ainda dois capítulos especiais, um sobre o papel das empresas na integração dos imigrantes e outro sobre a migração internacional de profissionais de saúde para os países da OCDE, fornecendo também notas sobre os países estudados e um anexo estatístico detalhado de suas informações e dados.

A organização intergovernamental também promoveu durante o período da quinzena a publicação de três pesquisas que em especial retomam suas atenções mais diretamente aos temas de Saúde. Nesse sentido, as mesmas são brevemente identificadas e apresentadas a seguir.

Intitulado *“Digitalisation of public health: Leading practices in immunisation reporting and respiratory disease surveillance”*¹¹⁴, o primeiro documento a ser aqui ressaltado se propõe a examinar como a Austrália, o Canadá, a Nova Zelândia e o Reino Unido estão promovendo e desenvolvendo a digitalização de seus sistemas de saúde pública através de reformas na governança, capacitação de sua força de trabalho, uso de tecnologia e cocriação de políticas. Baseando-se em pesquisas documentais e entrevistas, o estudo identifica e apresenta o que julga como práticas de ponta nos casos analisados, como modelos de gestão de dados, investimentos em habilidades digitais, sistemas interoperáveis e a elaboração conjunta de políticas de saúde pública digital junto ao público. As constatações dos pesquisadores ainda destacam os desafios comuns e as oportunidades práticas no atual processo de fortalecimento dos sistemas digitais de saúde, reforçando suas funções essenciais e otimizando a resiliência e o desempenho geral dos mesmos.

Outro interessante destaque é o relatório *“Community Action to Strengthen Health Equity in the Spanish Basque Country”*¹¹⁵, que busca examinar a evolução da ação comunitária na região basca, focando principalmente seu olhar na equidade em saúde. O estudo analisa então o papel do Departamento de Saúde, mapeando suas iniciativas participativas em andamento à nível local e destacando os pontos fortes e as lacunas nas práticas atuais. São apresentados também recomendações para uma estratégia de fortalecimento do envolvimento e participação comunitária a fim de garantir que os esforços liderados pela comunidade sejam mais bem apoiados e sustentáveis, compreendendo assim que o aprimoramento desses processos pode auxiliar na promoção de equidade na região, além de melhorar o bem-estar da população e tornar os sistemas de saúde locais mais receptivos às pessoas que eles atendem.

O terceiro estudo em destaque é o *“The Development and Humanitarian Response to the COVID-19 Pandemic in Cambodia (2020-2022)”*¹¹⁶, que complementa a série de publicações

¹¹³ OECD. Migration to OECD countries declined in 2024, but remained high by historical standards. OECD [Internet]. 2025 Nov 03 [cited 2025 Nov 07]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2025/11/migration-to-oecd-countries-declined-in-2024-but-remained-high-by-historical-standards.html>.

¹¹⁴ Fellner R, Sutherland E, Vujovic K. Digitalisation of public health: Leading practices in immunisation reporting and respiratory disease surveillance. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Nov 07];185. Available from: <https://doi.org/10.1787/97204768-en>.

¹¹⁵ OECD. Community Action to Strengthen Health Equity in the Spanish Basque Country. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Nov 07]. Available from: <https://doi.org/10.1787/c6c161f4-en>.

¹¹⁶ OECD. The Development and Humanitarian Response to the COVID-19 Pandemic in Cambodia (2020-2022). Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Nov 07]. Available from: <https://doi.org/10.1787/216482a4-en>.

de estudo de caso derivadas da pesquisa do *Strategic Joint Evaluation of the Collective International Development and Humanitarian Assistance Response to the COVID-19 Pandemic* (Avaliação Estratégica Conjunta da Resposta Coletiva Internacional ao Desenvolvimento e à Assistência Humanitária à Pandemia da Covid-19, em uma tradução livre) acerca das respostas humanitárias e políticas de determinados países para e durante a pandemia de Covid-19, evidenciando suas idiossincrasias, conjunturas gerais e específicas e elementos de interesse gerais, a partir do ponto de vista da própria OCDE¹¹⁷.

Diante disso, o estudo em questão explora o caso do Camboja, selecionado devido ao seu contexto de cooperação para o desenvolvimento e à sua resposta à recente pandemia, que foi excepcionalmente bem-sucedida. Embora a pandemia tenha afetado serviços essenciais de saúde, educação e crescimento econômico no país asiático, sua taxa de mortalidade foi relativamente baixa em comparação com outros países e a cobertura vacinal contra a Covid-19 alcançou uma das taxas mais elevadas do mundo em 2021. O caso também revela a contribuição de sua coordenação eficaz com parceiros internacionais para uma resposta oportuna e direcionada à crise.

Por fim, no que se refere às atualizações apresentadas ainda durante a quinzena pela organização sobre suas medições e análises estatísticas sobre a economia mundial, somente um de seus índices recebeu seus dados atualizados e divulgados.

Assim, os resultados dos dados coletados e medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês) referentes ao mês de setembro de 2025 sinalizaram que a inflação anual dos países que integram a OCDE seguiu praticamente estável em 4,2%, subindo levemente ante 4,1% observados em agosto¹¹⁸. Segundo o relatório divulgado, durante o mês de setembro houve aumentos em 17 dos 38 países da OCDE, desaceleração em 7 e permaneceu estável ou praticamente estável nos 14 restantes. Além disso, a inflação geral em setembro foi igual ou abaixo de 2,0% em sete de seus países.

Os dados coletados sobre a inflação nos países membros do G7 indicaram que a inflação global do grupo aumentou para 2,8%, após os 2,7% registrados no mês de agosto. Na zona do Euro, medida pelo Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (*Harmonised Index of Consumer Prices*, em inglês), a inflação manteve-se também praticamente estável em 2,2%, ante 2,1% em agosto. No G20, a inflação anual foi de 3,8% em setembro.

¹¹⁷ Para mais informações sobre outros estudos de caso da iniciativa sobre o Líbano, Cabo Verde e Quênia, consulte os informes de número 15, 17 e 20 de 2025 do presente projeto de Cadernos CRIS/Fiocruz: Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde.

¹¹⁸ OECD. OECD headline inflation broadly stable at 4.2% in September 2025. OECD [Internet]. 2025 Nov 05 [cited 2025 Nov 07]. Available from: <https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2025/11/consumer-prices-oecd-updated-5-november-2025.html>.